CAPÍTULO IV	
DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER	
ARTIGO 76.....	30
ARTIGOS 77, 78 e 79.....	31
ARTIGOS 80, 81, 82, 83 e 84.....	32
CAPÍTULO V	
DO MEIO AMBIENTE	
ARTIGO 85.....	32
ARTIGOS 86, 87, 88, 89 e 90.....	33
CAPÍTULO VI	
DO SANEAMENTO BÁSICO	
ARTIGOS 91, 92, 93 e 94.....	34
CAPÍTULO VII	
DO TRANSPORTE URBANO	
ARTIGOS 95, 96 e 97.....	34
ARTIGO 98.....	35
CAPÍTULO VIII	
DOS DEFICIENTES, DA CRIANÇA E DO IDOSO	
ARTIGOS 99, 100, 101 e 102.....	35
TÍTULO VII	
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	
ARTIGOS 103, 104 e 105.....	35
ARTIGOS 106, 107, 108, 109 e 110.....	36
VEREADORES.....	37
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO.....	38

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAGIMIRIM

P R E Â M B U L O

NÓS, OS REPRESENTANTES DO POVO DE ITAGIMIRIM, CONSTITUIDOS EM PODER LEGISLATIVO ORGÂNICO DESTA MUNICÍPIO, REUNIDOS EM CÂMARA MUNICIPAL, COM AS ATRIBUIÇÕES CONTIDAS NO ARTIGO 29 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, VOTAMOS E PROMULGAMOS A SEGUINTE LEI ORGÂNICA:

AGRADECIMENTO

A comissão de organização e feitura da **LEI ORGÂNICA** do Município de Itagimirim, agradece a todos aqueles que contribuíram através de propostas e sugestões no sentido de elaborar uma lei de fixação de normas de governo municipal, estabelecendo direitos e deveres, distribuindo as competências, e assegurando a todos a ordem para o progresso e paz social.

Agradecemos, ainda a assistência proporcionada pelo advogado **WALTER FERREIRA DOS SANTOS** e **JOSÉ CARLOS DE SOUZA**, Escrivão Oficial da Constituinte Municipal de Itagimirim.

02

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º – O Município de ITAGIMIRIM, integra a união indissolúvel do Estado da Bahia e a República Federativa do Brasil, e na esfera do governo local, propõe-se o seu desenvolvimento com a construção de uma comunidade livre, justa e solidária, tendo como fundamentos:

- I – a autonomia;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político;

Parágrafo Único – A ação Municipal desenvolve-se em todo o seu território, sem distinções ou privilégios, contribuindo para erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais na área urbana e na área rural, sem preconceitos de qualquer espécie ou quaisquer formas de discriminação.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 2º – O Município de ITAGIMIRIM, unidade territorial do Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade que lhe dá o nome, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, rege-se pela presente Lei Orgânica e demais leis, que adotar na forma da Constituição Federal e da Constituição Estadual.

Art. 3º – São Poderes do Município independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 4º – São símbolos do Município, sua bandeira, seu hino e seu brasão.

§ 1º – A criação, a organização e a supressão de distritos dar-se-ão por Lei Municipal, observada Legislação Estadual.

§ 2º – Distrito é a parte do território do Município, dividido para fins administrativos de circunscrição territorial e de jurisdição municipal, com denominação própria.

§ 3º – Qualquer alteração territorial só pode ser feita na forma da Lei Complementar Estadual, e dependente de consulta antecipada às populações interessadas, mediante plebiscito.

03

**CAPÍTULO III
DOS BENS MUNICIPAIS**

Art. 5º - São bens municipais:

- I - Bens móveis e imóveis de seu domínio pleno, direto ou útil;
- II - Direitos e ações que a qualquer título pertençam ao Município;
- III - Águas fluentes emergentes e em depósito, localizadas exclusivamente em seu território;
- IV - Renda proveniente do exercício de suas atividades e da prestação de serviços.

Art. 6º - A alienação, o gravame ou cessão de bens municipais, a qualquer título, subordinam-se à existência de interesse público devidamente justificado e serão sempre precedidos de avaliação legislativa e de processo licitatório, conforme as seguintes normas:

I - Quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação, devendo constar obrigatoriamente do contrato os encargos do doador, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato;

II - Quando móveis, dependerá de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

- a) doação, que será permitida exclusivamente para fins de interesse social;
- b) permuta;
- c) ações, que serão vendidas em Bolsa.

Art. 7º - O Município, preferente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência.

Art. 8º - A aquisição de bens imóveis, através de compra ou de permuta, dependerá de avaliação e de autorização legislativa.

Art. 9º - O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público o exigir.

§ 1º - A concessão administrativa de bens públicos de uso comum só poderá ser outorgada para finalidades escolares de assistência social, de saúde, turística ou de atendimento às calamidades públicas;

§ 2º - Será dispensada a licitação, na concessão administrativa de bens públicos de uso especial e dominiais, à concessionária de serviço público.

04

**CAPÍTULO IV
DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL**

Art. 10 - Compete ao Município:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - administrar seu patrimônio;
- III - complementar a legislação Federal e Estadual na que couber;
- IV - instituir e arrecadar os tributos de sua competência;
- V - aplicar as suas rendas, prestando contas e publicando balancetes nos prazos de lei;
- VI - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- VII - organizar o quadro e estabelecer o regime de seus servidores;
- VIII - organizar e prestar, diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, inclusive o de transporte coletivo;
- IX - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de Ensino Fundamental;
- X - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- XI - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial por meio de planejamento e da ocupação do solo urbano, bem como o parcelamento e o controle de uso;
- XII - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observadas a legislação e a fiscalização federal e estadual;
- XIII - tornar seguro o bem estar de seus habitantes, elaborando e executando política de desenvolvimento, com o objetivo de ampliação das funções sociais das áreas habitadas do Município;
- XIV - elaborar e executar com a participação das associações representadoras da comunidade, o plano diretor como instrumento fundamental da política de expansão urbana;
- XV - dispor, e estabelecer normas de edificação de loteamentos de arruamento e do zoneamento urbano e rural e do adequado aproveitamento do solo urbano não edificado, sub-utilizado, ou não utilizado podendo promover o parcelamento ou edificação compulsórios, tributação progressiva ou desapropriação, na forma da Constituição Federal;
- XVI - constituir a Guarda Municipal destinada a proteção de seus bens, serviços e instalações na forma da lei;
- XVII - planejar e promover a defesa contínua da população nos casos de calamidades públicas;
- XVIII - legislar sobre licitação e contratação em todas as modalidades para a administração pública municipal direta e indiretamente, compreendidas as fundações públicas municipais ou empresas sob seu controle na forma estabelecida pela legislação federal;
- XIX - ordenar o trânsito nas vias públicas e a utilização do sistema viário local;
- XX - disciplinar a localização, instalação e funcionamento de máquinas, moto-

05

res, estabelecimentos industriais, comerciais e outros serviços prestados ao público;
XXI - dispor sobre serviço funerário e cemitério;
XXII - regulamentar, autorizar a afixação de anúncios e cartazes e outros meios de propaganda ou publicidade nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;
XXIII - adquirir bens, inclusive por meio de desapropriação;
XXIV - será consubstanciado no Plano Diretor a política de desenvolvimento urbano e o ordenamento das funções sociais da cidade.

Art. 11 - É da competência do município em comum com a União e o Estado:
I - zelar pela Guarda da Constituição Federal, da Constituição Estadual, das leis destas áreas de governo, das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e segurança das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos e sítios arqueológicos;

IV - proporcionar e incentivar os meios de acesso à educação, à cultura e à ciência;

V - resguardar as florestas, a fauna e a flora;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em todas as suas formas;

VII - estimular a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

VIII - promover programas de construção de moradias e melhorias das condições habitacionais e saneamento básico;

IX - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, dando em prática a integração social das pessoas desfavorecidas;

X - registrar, fiscalizar e acompanhar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de minerais e recursos hídricos em seu território;

XI - estabelecer e introduzir a política de educação para a segurança do trânsito;

XII - impedir a evasão, destruição ou descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

Art. 12 - Compete ao Município suplementar a legislação federal e estadual no que couber ao seu peculiar interesse, visando adaptá-las às necessidades locais.

Art. 13 - É vedado ao Município:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, impedi-los o funcionamento, manter com eles ou seus representantes relações de aliança ou dependência, ressalvada a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - estabelecer distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV - auxiliar ou permitir o uso de bens de seu patrimônio como meio de propaganda político-partidária;

V - conceder isenções ou anistias fiscais, permitir a remissão de dívidas sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato.

06

CAPÍTULO V
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 - A administração pública de qualquer dos Poderes do Município obedecerá os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também ao seguinte:

I - garantia da participação dos cidadãos e de suas organizações representativas na formulação e avaliação de planos e decisões administrativas através de conselhos, audiências públicas na forma prevista da Constituição Federal e Estadual;

II - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos previstos em lei;

III - a investidura em cargos ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público ou de provas e títulos, excetuadas as nomeações para cargo em comissão de livre nomeação e exoneração;

IV - o prazo de validade do concurso público é de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

V - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira;

VI - os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstas em lei;

VII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência, definindo os critérios de sua admissão;

VIII - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de imediato interesse público;

IX - a lei fixará o limite máximo entre a maior remuneração dos servidores públicos, observado como limite máximo os valores percebidos como remuneração, em espécie pelo Prefeito;

X - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XI - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-á sempre na mesma data;

XII - é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração do pessoal do serviço público municipal, ressalvado o disposto no inciso anterior e no art. 14 § 1º, desta lei;

XIII - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público municipal não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XIV - os vencimentos dos servidores públicos municipais são irredutíveis e a remuneração observará o disposto neste artigo, inciso XI e XII, o princípio da isonomia, a obrigação do pagamento do imposto de renda, retido na fonte excetuados os aposentados com mais de sessenta e cinco anos;

07

XV - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos exceto quando houver compatibilidade de horários;

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos privativos de médico;

XVI - nenhum servidor será designado para funções não constantes das atribuições do cargo que ocupa, a não ser em substituição, e, se acumulada, em gratificação de lei;

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções abrangendo autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público Municipal;

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;

XX - depende de autorização legislativa a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior assim como, a participação das mesmas em empresas privadas;

XXI - excetuados os casos determinados na legislação federal específica, as obras, serviços, compras e alienação serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas de obrigações de pagamento, mantidas as condições da proposta, nos termos da lei, e as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos que caracterizem promoção pessoal;

§ 2º - A não observância do disposto nos incisos III e IV deste artigo implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável nos termos da lei;

§ 3º - As reclamações quanto à prestação de serviços públicos municipais serão disciplinadas em lei;

§ 4º - A improbidade administrativa imporá em suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, na forma prevista na legislação federal, sem prejuízo da ação penal cabível;

§ 5º - As pessoas jurídicas de direito público e os prestadores de serviços municipais responderão pelos danos que seus agentes causaram a terceiros, nesta condição.

08

SEÇÃO II DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Art. 15 - O regime jurídico dos servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas é o estatutário, vedada, qualquer outra vinculação de trabalho.

§ 1º - A lei assegurará aos servidores da administração direta a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores do Poder Executivo e Legislativo, ressalvado as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou local de trabalho.

§ 2º - Aplicam-se aos servidores municipais os direitos seguintes:

- I - salário mínimo, fixado em lei federal, com reajustes periódicos;
- II - irreduzibilidade de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
- III - décimo terceiro salário com base da remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- IV - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
- V - salário família para os seus dependentes;
- VI - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e oito horas semanais;
- VII - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- VIII - remuneração do serviço extraordinário superior no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;
- IX - gozo de férias anuais remunerados com, pelo menos, um terço a mais que o salário normal;
- X - licença à gestante, remunerada, de cento e vinte dias;
- XI - licença à paternidade, nos termos da lei;
- XII - proteção do mercado de trabalho da mulher, na conformidade da lei;
- XIII - redução dos riscos inerentes ao trabalho;
- XIV - adicional de remuneração para as atividades insalubres ou perigosas na forma da lei;
- XV - proibição de diferenças de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;
- XVI - licença para tratamento de interesse particular, sem remuneração;
- XVII - direito de greve, cujo exercício se dará nos termos e limites definidos em lei complementar federal;
- XVIII - seguro com acidente de trabalho;
- XIX - aperfeiçoamento pessoal e funcional;
- XX - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço na forma estabelecida na lei.

Art. 16 - O Servidor Público Municipal será aposentado nos termos da Constituição Federal e da Constituição Estadual.

09

Art. 17 – Ao Servidor Público Municipal, em exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo de remuneração do cargo eletivo, e não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício do mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V – para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Art. 18 – Após dois anos de efetivo exercício, são estáveis os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º – O servidor público municipal só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo, assegurada ampla defesa.

§ 2º – Invalidez por sentença judicial a demissão do servidor público municipal será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo, ou posto de disponibilidade.

§ 3º – Havendo extinção de cargo, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada até o seu aproveitamento em outro cargo.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES
CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO
DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 19 – O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, que se compõe de Vereadores representantes da comunidade, eleitos pelo sistema proporcional, com mandato de quatro anos.

Parágrafo Único – Cada legislatura tem a duração de quatro anos, correspondendo cada ano a uma sessão legislativa.

10

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 20 – Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

I – sistema tributário municipal, arrecadação e distribuição de suas rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública;

III – organização e funcionamento da Guarda Municipal, destinada a proteger bens, serviços e instalações do Município, bem como a fixação e alteração de seu efetivo;

IV – planos e programas municipais de desenvolvimento, inclusive plano diretor urbano;

V – bens do domínio do Município;

VI – promoção de planos e construção de moradias, melhorando as condições habitacionais das pessoas carentes e de saneamento básico;

VII – combate as causas da pobreza e marginalização pondo em prática a integração total das camadas sociais desfavorecidas;

VIII – à cooperação com a União e o Estado, visando o desenvolvimento do bem-estar da população e obtenção e concessão de empréstimos, bem como operações de crédito e forma de pagamento;

IX – transferência temporária da sede do Governo Municipal;

X – criação, transformação e extinção de cargos e funções públicas municipais e respectivos planos de carreira e vencimentos;

XI – organização das funções fiscalizadoras da Câmara Municipal;

XII – cooperação e iniciativa popular de projetos de lei de interesse do Município, da cidade, dos distritos, povoados, vilas e bairros, através da manifestação de pelo menos cinco por cento do eleitorado;

XIII – criação, organização e supressão de distritos;

XIV – criação, estruturação e competências de Departamentos ou Secretarias Municipais, e outros órgãos da Administração Pública;

XV – criação, transformação e extinção ou estruturação de empresas públicas, autarquias, sociedade de economia mista e fundações públicas municipais;

XVI – organização dos serviços públicos;

XVII – denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XVIII – perímetro urbano da sede municipal e vilas.

Art. 21 – Compete a Câmara Municipal, privativamente, entre outras as seguintes atribuições:

I – eleger a sua Mesa Diretora, bem como constituí-la na forma estabelecida nesta Lei Orgânica e do Regimento Interno;

II – elaborar e votar seu Regimento Interno;

III – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia e criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os princípios estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

11

IV - fixar para vigência legislativa subsequente a remuneração dos vereadores, bem como a remuneração e gratificação do Prefeito e do Vice-Prefeito, antes de suas eleições, considerando-se mantidas a remuneração e gratificações vigentes, na hipótese de não proceder à respectiva fixação na época própria admitida a atualização do valor monetário com base em índice federal pertinente;

V - resolver definitivamente sobre convênios, consórcios ou acordos que acarretem encargos ao Patrimônio Municipal;

VI - autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a se ausentarem do Município, quando a ausência exceder a quinze dias;

VII - julgar anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito e apresentar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

VIII - mudar temporariamente, sua sede;

IX - solicitar informações ao Prefeito Municipal sobre assuntos referente à Administração;

X - aprovar, previamente a alienação ou concessão de imóveis municipais;

XI - representar ao Ministério Público, por dois terços de seus membros contra o Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, ou ocupantes de cargos da mesma natureza, pela prática de crime contra a Administração Pública que tiver conhecimento;

XII - apreciar vetos;

XIII - conceder licença ao Prefeito, Vice-Prefeito e aos Vereadores para o afastamento do exercício do cargo;

XIV - convocar os Secretários Municipais ou Diretores para prestar informações sobre matéria de sua competência;

XV - decidir sobre a perda de mandato de vereador, por voto secreto e maioria absoluta nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica;

XVI - decidir sobre participação em organismos deliberativos regionais e entidades intermunicipais;

XVII - autorizar o Prefeito, a contrair empréstimos, regulando-lhes as condições e a respectiva aplicação;

XVIII - apresentar emendas à Constituição do Estado nos termos da Constituição Estadual;

XIX - conceder título honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviço ao Município, mediante Decreto Legislativo aprovado pela maioria de dois terços de seus membros;

XX - exercer com auxílio do Tribunal de Contas ou órgão estadual competente, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município;

XXI - todo e qualquer convênio que crie ônus para o Município deverá ser aprovado, antecipadamente pela Câmara por dois terços dos Vereadores.

Parágrafo Único - Os convênios que não criem ônus para o Poder Público Municipal deverão ser encaminhados à Câmara 08 (oito) dias após a sua assinatura.

Art. 22 - Os Secretários Municipais ou Diretores de Departamentos, podem comparecer à Câmara Municipal ou qualquer de suas comissões, por sua iniciativa,

12

mediante entendimento com o Presidente respectivo, para expor assunto de relevância de sua Secretaria ou Departamento.

Art. 23 - A Mesa da Câmara pode encaminhar pedidos escritos de informação aos Secretários Municipais e Diretores de Departamentos a serem prestados no prazo de trinta dias, prorrogável por igual período.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 24 - A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente, em sessão legislativa anual, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, independentemente de convocação.

§ 1º - O mandato da Mesa será de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 2º - As reuniões neste artigo, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 3º - A sessão legislativa não será interrompida com a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º - A Câmara Municipal reunir-se-á em sessão legislativa a 1º de janeiro do ano subsequente às eleições, para a posse de seus membros, do Prefeito e do Vice-Prefeito e eleição da Mesa e da Comissões.

§ 5º - Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, podendo ser discutidos outros que sejam dos interesses da comunidade, com o "Ad Referendo" do plenário, dando-se contudo prioridade, a matéria pela qual foi convocada.

§ 6º - As deliberações da Câmara são tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros, salvo disposição em contrário desta lei.

§ 7º - Dependerão de voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara a aprovação e as alterações das seguintes matérias:

- a) regimento interno da Câmara;
- b) código tributário do Município;
- c) código de obras e edificações;
- d) estatuto dos servidores públicos municipais;
- e) criação de cargos e aumento de vencimento;
- f) recebimento de denúncia contra Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;
- g) fixação de vencimentos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;
- h) rejeição de veto do Prefeito.

13

§ 8º – Dependendo do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara:
a) a aprovação e alteração do Plano Diretor Urbano e da planificação de desenvolvimento urbano;
b) alienação e aquisição de bens imóveis;
c) concessão de serviços e direitos;
d) destituição de componentes da Mesa;
e) decisão contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Prefeito;
f) emenda à Lei Orgânica.

Art. 25 – A Mesa da Câmara Municipal será composta de um Presidente um Vice-Presidente, um primeiro e segundo secretários eleitos para um mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 1º – O Regimento Interno define as atribuições dos membros da Mesa, a forma de substituições, as eleições e sua composição;

§ 2º – O Presidente representa o Poder Legislativo;

§ 3º – O Presidente nas suas faltas, impedimentos e licenças será substituído pelo Vice-Presidente.

Art. 26 – A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com atribuições previstas no Regimento Interno.

§ 1º – Ficam criadas as seguintes Comissões:

- a) Comissão de Justiça e Redação;
- b) Comissão de Finanças, Orçamento e Contas;
- c) Comissão de Educação, Saúde e Meio Ambiente;
- d) Comissão de Defesa do Consumidor, Obras e Serviços Públicos;

§ 2º – Cabe às Comissões, em razão da matéria de sua competência:

- I – discutir e votar Projeto de Lei que dispensar na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário salvo se houver recurso de 1/3 da Câmara;
- II – realizar audiências públicas com entidades da comunidade;
- III – solicitar informações de Secretários Municipais ou Diretores de Departamentos, sobre assuntos de suas atribuições;
- IV – apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e dar parecer sobre os mesmos;

Art. 27 – Criar comissões parlamentares de inquérito sobre fato determinado e prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros.

14

Art. 28 – É assegurada na constituição das comissões e representação proporcional dos partidos que participam da Câmara.

Art. 29 – Fica criada a Tribuna Popular.

CAPÍTULO IV DO PROCESSO LEGISLATIVO DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 – O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I – emendas à Lei Orgânica
- II – leis complementares
- III – leis ordinárias
- IV – decretos legislativos
- V – medidas provisórias
- VI – resoluções

Parágrafo Único – A elaboração, redação, alteração e consolidação dar-se-á na conformidade da Lei Complementar, desta Lei Orgânica e do Regimento Interno.

SEÇÃO II DAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA

Art. 31 – A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

- I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;
- II – do Prefeito Municipal;
- III – de iniciativa popular;

§ 1º – A proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal, será discutida e votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias considerando-se aprovada se obtiver em cada um, dois terços dos votos dos membros da Câmara.

§ 2º – A emenda à Lei Orgânica do Município será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem;

§ 3º – A matéria constante de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa;

§ 4º – Em cada conselho formado pelo Município, terá uma comissão permanente da Câmara, referente ao conselho.

15

**SEÇÃO III
DAS LEIS**

Art. 32 – A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer vereador ou Comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º – Compete privativamente ao Prefeito Municipal, a iniciativa das leis que:
I – fixem ou modifiquem o efetivo da Guarda Municipal;
II – disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica e de sua remuneração;
- b) orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;
- c) servidores públicos do Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- d) criação, estruturação e competências das Secretarias Municipais ou Departamentos e órgãos da administração pública Municipal;

§ 2º – A iniciativa popular será exercida pela apresentação à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo de 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município, contendo o assunto de interesse do Município, da cidade ou de bairros;

§ 3º – Caberá ao Regimento da Câmara assegurar a tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular e o modo pelo qual serão os mesmos defendidos na tribuna da Câmara.

Art. 33 – Não será admitido aumento de despesas prevista:

- I – nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal.
- II – nos projetos sobre a organização administrativa da Câmara Municipal.

Art. 34 – O Prefeito Municipal poderá solicitar urgência para a apreciação dos projetos de sua iniciativa.

§ 1º – Se a Câmara Municipal não se manifestar em até quarenta e cinco dias sobre a proposição será esta incluída na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação sobre qualquer outra matéria, para que se ultime a votação, exceto leis orçamentárias, vetos e medidas provisórias;

§ 2º – No prazo previsto no parágrafo anterior não corre no período de recesso, nem se aplica aos projetos de código.

Art. 35 – O Projeto de Lei aprovado será enviado, como autógrafo, ao Prefeito Municipal, que concordando o sancionará.

16

§ 1º – Se o Prefeito Municipal considerar o projeto, no todo ou em parte inconstitucional, ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á totalmente no prazo de quinze dias, contados da data do recebimento e comunicará dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

§ 2º – O veto parcial somente abrangerá texto integral do artigo, do parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º – Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Prefeito Municipal, importará em sanção;

§ 4º – O veto será apreciado pela Câmara, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto.

§ 5º – Se o veto for rejeitado, o texto será enviado ao Prefeito para a promulgação;

§ 6º – Esgotado o prazo de trinta dias sem deliberação, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, suspendendo-se as demais proposições, até a sua votação final, excetuadas as matérias relativas às diretrizes orçamentárias, plano plurianual e orçamento anual;

§ 7º – Não sendo a lei promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara fará a promulgação, e se não o fizer, em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo obrigatoriamente.

Art. 36 – O projeto de lei rejeitado, somente poderá constituir assunto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de 1/3 da Câmara.

Parágrafo Único – O Projeto de Lei, que receber parecer em contrário quanto ao mérito, de todas as Comissões, será tido como rejeitado.

**SEÇÃO IV
CAPÍTULO V
DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA
E PATRIMONIAL**

Art. 37 – A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, bem como a operacional do Município e das entidades da administração direta e indireta quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

17

Parágrafo Único – Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 38 – O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios, através de parecer prévio sobre as contas que o prefeito e a Câmara deverão prestar anualmente, e de inspeções em órgão e entidades públicas.

§ 1º – As contas deverão ser apresentadas até sessenta dias do encerramento do exercício financeiro.

§ 2º – Apresentadas as contas e as questões levantadas, serão estas enviadas ao Tribunal de Contas para a emissão de parecer prévio.

§ 3º – Somente pela decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, deixará de prevalecer o parecer prévio do Tribunal de Contas.

§ 4º – Os Vereadores poderão ter acesso a Relatórios Contábeis Financeiros periódicos, documentos referente a Receitas e Despesas ou investimentos realizados pela Prefeitura e Câmara de Vereadores, através de requerimento escrito de 1/3 dos Vereadores, obrigando-se o Prefeito e o Presidente da Câmara ao cumprimento do disposto neste artigo no prazo máximo de 08 dias sob pena de responsabilidade.

§ 5º – As contas do Município após o parecer prévio, ficarão, durante 60 dias anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação.

§ 6º – O contribuinte poderá questionar a legitimidade das contas, mediante petição escrita e por ele assinada perante a Câmara Municipal.

§ 7º – A Câmara apreciará as objeções, as impugnações do contribuinte em sessão ordinária dentro de no máximo 20 dias a contar do seu recebimento.

§ 8º – Se acolher a petição, remeterá o expediente ao Tribunal de Contas para pronunciamento, e ao prefeito, para defesa e explicações, depois do que julgará as contas em definitivo.

Art. 39 – Os Poderes Legislativo e Executivo, manterão de modo integrado, sistema de controle interno visando:

I – avaliar o cumprimento de metas do plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II – comprovar a legalidade, avaliando os resultados, a eficácia e a eficiência da gestão financeira, orçamentária e patrimonial nos órgãos da administração municipal e a aplicação de recursos públicos municipais por entidades de direito privado;

III – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

18

SEÇÃO V
CAPÍTULO VI
DOS VEREADORES

Art. 40 – Os Vereadores são invioláveis pelas suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município de Itagimirim.

§ 1º – Desde a expedição do Diploma, os membros da Câmara Municipal não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processado criminalmente, sem prévia licença da Casa, observado o disposto no § 2º, do Art. 53, da Constituição Federal.

§ 2º – No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas à Câmara Municipal, para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros resolva sobre a prisão e autorize ou não, a formação de culpa.

§ 3º – Os Vereadores serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça.

§ 4º – Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Art. 41 – Os Vereadores não podem desde a expedição do diploma:

I – firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou proveda concessionária de serviço público municipal; salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II – exercer ou aceitar cargo, função ou emprego remunerado inclusive os que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;

III – desde a posse;

IV – ser proprietários ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal ou nela exerça função remunerada;

V – patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I.

Art. 42 – Perde o mandato o Vereador:

I – que infringir quaisquer das proibições estabelecidas no Art. anterior;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decóro parlamentar;

III – que deixar comparecer em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

19

V - quando decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos constitucionalmente;
VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

Art. 43 - Não perde o mandato o Vereador:

- I - Investido no cargo de Secretário Municipal;
- II - licenciado pela Câmara Municipal, por motivo de doença devidamente comprovada o Vereador terá direito a remuneração, contanto que não ultrapasse de cento e vinte dias consecutivos;
- III - o Vereador licenciado pela Câmara para exercer missão Cultural, terá direito a remuneração, dentro do prazo de cento e vinte dias;
- IV - licenciado pela Câmara para tratar de interesse particular, não terá direito a remuneração.

§ 1º - O suplente deve ser convocado nos casos de vaga ou licença.

§ 2º - Na hipótese do inciso I, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 44 - A remuneração dos Vereadores será fixada em cada legislatura, para a subsequente.

DO PODER EXECUTIVO
CAPÍTULO I
DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 45 - O poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelos Secretários Municipais.

Art. 46 - A eleição do Prefeito e Vice-Prefeito dar-se-á por pleito direto, até noventa dias antes do término do mandato aos que devam suceder.

Parágrafo Único - A eleição do Prefeito importará a do Vice-Prefeito, com ele registrado.

Art. 47 - O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse em sessão da Câmara Municipal, no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e esta Lei Orgânica, observar as leis e promover o bem geral do Município.

Art. 48 - O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por tempo superior a quinze dias.

Parágrafo Único - Os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito serão estabelecidos no final da legislatura, para vigorar na seguinte.

20

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO PREFEITO

Art. 49 - Compete privativamente ao Prefeito:

- I - Nomear e exonerar os Secretários Municipais, Diretores e demais cargos, nos termos da lei;
- II - exercer com o auxílio dos Secretários, e Diretores Municipais a direção superior da administração;
- III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;
- IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos, regulamentos, portarias para sua fiel execução;
- V - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- VI - dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal na forma da Lei;
- VII - remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município, e solicitando as providências que julgar necessárias;
- VIII - enviar a Câmara Municipal o plano plurianual o projeto de lei, diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento;
- IX - prestar anualmente, à Câmara Municipal, dentro de quarenta e cinco dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referente ao exercício anterior;
- X - prover e extinguir os cargos públicos municipais na forma da Lei e expedir atos referentes a situação funcional dos servidores ressalvada a competência da Câmara;
- XI - colocar a disposição da Câmara, as quantias que devam ser despendidas de uma só vez e, até o dia 20 de cada mês, os recursos correspondentes as suas dotações orçamentárias compreendendo os créditos suplementares e especiais;
- XII - encaminhar à Câmara até o dia trinta e um de março, a sua prestação de contas;
- XIII - solicitar o auxílio da Polícia do Estado para a garantia do cumprimento dos seus atos, bem como fazer uso da Guarda Municipal no que couber;
- XIV - o Prefeito poderá delegar por decreto aos Secretários ou Diretores Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;
- XV - editar medidas provisórias com força de lei nos termos desta Lei Orgânica;
- XVI - superintender a arrecadação dos tributos e preços, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro da disponibilidade orçamentária ou dos créditos votados pela Câmara;
- XVII - exercer outras atribuições nesta Lei Orgânica;
- XVIII - convocar extraordinariamente, a Câmara Municipal quando os interesses do Município exigirem;
- XIX - nomear, após aprovação pela Câmara Municipal, os serviços, que a Lei assim determinar, exceto os cargos de confiança;

21

XX - informar a população mensalmente por meios eficazes sobre receitas e despesas da Prefeitura, bem como, sobre planos e programas em implantação.

Art. 50 - Os crimes que o Prefeito Municipal praticar no exercício do mandato ou decorrência dele, por infrações penais comuns ou por crime de responsabilidade, serão julgados perante o Tribunal de Justiça do Estado.

CAPÍTULO III DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 51 - Os Secretários Municipais ou Diretores Municipais, como agentes políticos, serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

Parágrafo Único - Compete aos Secretários ou Diretores Municipais as atribuições estabelecidas nesta Lei Orgânica, após as disposições de lei sobre a criação, estruturação e atribuições dos referidos órgãos.

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração municipal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito;

II - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

III - praticar atos referentes as atribuições que lhe forem delegadas pelo Prefeito;

IV - apresentar ao Prefeito relatórios periódicos de sua administração ou gestão na Secretaria.

Art. 52 - Nenhum órgão da administração pública municipal, direta ou indiretamente, deixará de ter vinculação estrutural e hierárquica.

Art. 53 - O Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Diretores Municipais e dirigentes de órgãos da administração pública no ato da posse e término do mandato, deverão fazer declarações de bens.

CAPÍTULO V DA GUARDA MUNICIPAL

Art. 54 - A Guarda Municipal destina-se à proteção dos bens, serviços e instalações do Município, e terá organização, funcionamento e comando na forma da lei complementar.

§ 1º - A Procuradoria do Município é uma instituição que representa como advocacia, o Município judicial e extra-judicialmente, cabendo-lhe na forma de lei complementar a sua organização e funcionamento e consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo.

22

§ 2º - O Procurador do Município é designado por livre escolha do Prefeito Municipal, de reconhecido saber jurídico, experiente na área da Administração Municipal e de reputação ilibada.

Atualmente, em todos os setores da atividade humana, é indispensável a figura do advogado, que, habilitado, defende e imprime de modo permanente o desenvolvimento na administração pública. Assim, é necessária a formulação dos artigos, ora propostos.

TÍTULO IV DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO CAPÍTULO I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 55 - Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I - impostos sobre:

a) propriedade predial e territorial urbana;

b) transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou avessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como, cessão de direitos à sua aquisição;

c) vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;

d) serviços de qualquer natureza, definidos em lei complementar;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos ou divisíveis prestados ao contribuinte, ou postos à sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

§ 1º - O imposto previsto no inciso I, poderá ser progressivo, na conformidade da lei, a fim de assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - O imposto previsto no inciso II, não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incluídos ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos que decorrem de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo, se nesses casos a atividade principal do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º - As taxas são instituídas em razão do exercício do Poder de Polícia ou pela utilização efetiva de serviços prestados ao contribuinte.

§ 4º - A contribuição de melhoria será instituída e cobrada em decorrência de obras públicas e nos termos definidos em lei a que se refere a Constituição Federal.

23

**CAPÍTULO II
DA RECEITA E DA DESPESA**

Art. 56 – A Receita Municipal é constituída da arrecadação dos tributos municipais, da participação em impostos da União e do Estado dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios e da utilização de seus bens, serviços e atividades e outros ingressos.

Art. 57 – Pertencem ao Município:

I – o produto da arrecadação do Imposto da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Município, suas autarquias e fundações por ele mantidas;

II – cinquenta por cento da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, concernente aos imóveis situados no Município;

III – setenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários incidente sobre o ouro, na forma da Constituição Federal;

IV – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território do Município;

V – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e sobre prestação de serviços de transporte inter-estadual e inter-municipal de comunicação.

Art. 58 – A despesa pública atenderá aos princípios instituídos na Constituição Federal e às normas de direito financeiro.

Art. 59 – Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso disponível de crédito votado pela Câmara Municipal, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário.

Art. 60 – Não será executada nenhuma lei que crie ou aumente despesa, sem que dela haja a indicação do recurso para o atendimento do encargo correspondente.

**CAPÍTULO III
DAS FINANÇAS PÚBLICAS**

Art. 61 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o seguinte:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – orçamentos anuais.

§ 1º – O plano plurianual compreenderá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes com relação aos programas de duração continuada.

24

§ 2º – A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas da administração pública financeira, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, que servirá de base para a elaboração da lei orçamentária anual.

§ 3º – A orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes Legislativos, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

II – o orçamento de investimentos das empresas em que o Município detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – a proposta de lei orçamentária será acompanhada de demonstrativo do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões e benefícios de natureza financeira e tributária.

§ 3º – A lei orçamentária anual não conterá preceito estranho à previsão da receita e a fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de crédito suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita.

§ 4º – A legislação complementar federal específica, disciplinará a legislação municipal referente a:

I – exercício financeiro;

II – vigência, preços e elaboração, e organização do plano plurianual da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

III – normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta assim como estabelecimento de fundos.

Art. 62 – No que concerne aos projetos de lei ao plano plurianual, às disposições orçamentárias e à proposta do orçamento anual, à Câmara Municipal, os apreciará na conformidade do Regimento Interno, respeitando os dispositivos deste artigo.

§ 1º – O Prefeito Municipal poderá enviar mensagens à Câmara Municipal para propor modificações dos projetos e propostas a que se refere esse artigo, enquanto não iniciada a votação da parte cuja alteração é proposta.

§ 2º – Aos projetos e propostas citados neste artigo, aplicam-se, no que não contrariar as determinações desta seção, as normas relativas ao processo legislativo.

**TÍTULO V
DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 63 – O Município na sua circunscrição territorial, e dentro de sua compo-

25

tência, organizará a ordem econômica e social, assegurando a todos a valorização do trabalho humano e uma existência digna, observado os superiores interesses da coletividade, respeitando-se as seguintes normas básicas:

- I - autonomia municipal;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;
- IV - livre concorrência;
- V - defesa do consumidor;
- VI - redução das desigualdades sociais e regionais;
- VII - defesa constante do meio ambiente;
- VIII - formulação de apoio à busca do pleno emprego;
- IX - o Poder Público Municipal, dispensará tratamento preferencial, dentro da lei, às empresas brasileiras de capital nacional, considerando às empresas de pequeno porte para o seu desenvolvimento.

Art. 64 - É livre o exercício de atividade econômica, sem restrições dos órgãos públicos municipais, salvo nos casos preteridos em lei.

Art. 65 - É vedada a exploração da atividade econômica pelo Município que, somente será permitida em caso de relevante interesse coletivo, na forma da lei complementar que estabelecerá as exigências para o regime jurídico das obrigações trabalhistas e tributárias, proibição de privilégios fiscais, subordinação ao Plano Diretor, ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e orçamento anual aprovado pelo Prefeito.

CAPÍTULO II DA POLÍTICA URBANA

Art. 66 - Na forma das regras estabelecidas em leis estaduais e federais, a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o desenvolvimento da cidade e seus bairros, dos distritos e aglomerados urbanos e manter o bem estar de seus habitantes.

§ 1º - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal é meio básico de desenvolvimento e ampliação urbana.

§ 2º - A propriedade urbana, quando atende às exigências fundamentais da função social de ordenação urbana expressas no Plano Diretor.

§ 3º - O proprietário de solo urbano incluído no plano diretor, com área não edificada ou não utilizada, deverá promover seu aproveitamento sob pena de:

- I - parcelamento ou edificação compulsórios;
- II - imposto progressivo sobre a propriedade predial ou territorial;
- III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública municipal.

26

país de emissão previamente aprovada pela Câmara, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurado o valor real da indenização e juros.

Art. 67 - Na conformidade do Plano Diretor, serão fixadas as normas sobre o zoneamento, parcelamento, loteamentos, uso e ocupação do solo, considerando as áreas destinadas as atividades econômicas, áreas de lazer, residências para fiel cumprimento da lei.

Art. 68 - Todo território do Município estará sob a supervisão do Plano Diretor, e as terras públicas que não utilizadas ou subutilizadas serão destinadas a assentamento de população de baixa renda.

§ 1º - Participação do Município na Política Agrícola:

"Compete ao Município, em cooperação com os governos estadual e federal, promover o desenvolvimento de seu meio rural, através de planos e ações que levem ao aumento da renda proveniente das atividades agropecuárias, à maior geração de empregos produtivos e a melhoria da qualidade de vida de sua população".

§ 2º - Planejamento do Desenvolvimento Rural:

"Todas as atividades de promoção do desenvolvimento rural do Município deverão constar do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, que aprovado formalmente pela Câmara de Vereadores, identificará os principais problemas e oportunidades existentes, proporá soluções e formulará planos de execução".

§ 3º - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural:

"O Poder Executivo Municipal enviará a Câmara dos Vereadores, num prazo de 90 dias, projeto de lei propondo a instituição e a aprovação dos estatutos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, em cuja composição deverão constituir maioria os representantes das comunidades rurais do Município, de órgãos de classe e de instituições atuantes no setor agropecuário, encarregado das seguintes funções principais:

Coordenar a elaboração e recomendar a aprovação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, devidamente compatibilizado com as políticas estaduais e federais;

Participar da elaboração e acompanhar a execução dos planos operativos anuais dos diferentes órgãos atuantes no meio rural do município, integrando as suas ações;

Opinar sobre a aplicação de recursos de qualquer origem destinados ao atendimento da área rural do Município;

Acompanhar, avaliar e apoiar a execução dos planos e programas agrícolas em desenvolvimento no Município, apresentando sugestões de medidas corretivas ou de ações que possam aumentar a sua eficácia.

§ 4º - Compete aos Poderes Públicos:

"Incentivar a política Agrícola, podendo desapropriar, arrendar, ou ainda comprar, área acima de 02 hectares, para serem implantadas Hortas Comunitárias".

27

**TÍTULO VI
DA ORDEM SOCIAL
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 69 – A base da ordem social repousa no primado do trabalho, e objetiva o bem-estar e a justiça social:

I – a ordem social tem por base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça social;

II – o Município assegurará, em seus orçamentos anuais, sua parcela de contribuição para financiar a seguridade social.

Parágrafo Único – O Vereador e o Prefeito terão livre acesso as dependências das Delegacias, Penitenciárias, Secretarias, Departamentos Públicos Municipais, Estaduais e Federais, Hospitais e Escolas na Circunscrição do Município.

**CAPÍTULO II
DA SAÚDE**

Art. 70 – O Município integra, com a União e o Estado, o Sistema Único descentralizado de saúde, cujas ações e serviços públicos, na sua circunscrição territorial, são por eles dirigidos, com as seguintes diretrizes:

I – atendimento integral e universalizado, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

II – participação da comunidade na formulação, gestão e controle das políticas e ações;

III – integração das ações de saúde, saneamento básico e ambiental.

§ 1º – A assistência à saúde é livre à iniciativa privada obedecidos os requisitos de lei e as diretrizes da política de saúde.

§ 2º – As instituições privadas poderão participar, de forma complementar, do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 3º – É vedado ao Município a destinação de recursos públicos auxílios e subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 71 – Ao Sistema Único Descentralizado de Saúde, compete além de outras atribuições, nos termos da lei:

I – controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II – executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica bem como as de saúde do trabalhador;

28

III – ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV – participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V – incrementar, em sua área de atuação e desenvolvimento científico e tecnológico;

VI – fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII – participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII – colaborar na proteção do meio ambiente, compreendido o do trabalho.

Art. 72 – Será constituído um Conselho Municipal de Saúde, órgão deliberativo, constituído de representantes das entidades profissionais de saúde prestadoras de serviços sindicais, associações comunitárias e gestora do sistema de saúde, na forma da lei que regulamentará a matéria no prazo de 180 dias, após a promulgação desta Lei Orgânica:

I – a inspeção médica nos estabelecimentos do ensino municipal terá caráter obrigatório;

II – constituirá exigência indispensável, a apresentação, no ato da primeira matrícula, de atestado de vacinas contra moléstias infecciosas, para alunos de até 10 (dez) anos de idade;

III – fica expressamente proibido o uso de fumo, na modalidade de cigarros, charutos ou cachimbos, em ambientes fechados das Secretarias, Departamentos e outros Órgãos da Administração Pública Municipal.

Art. 73 – O lixo séptico proveniente de hospitais, laboratórios e congêneres será condicionado e apresentado à coleta em contenedores especiais, coletado em veículos próprios e específicos para tal, e terá destinação final em incinerador público.

Art. 74 – Criação de um Pronto Socorro Municipal – 01 (um) ano, após a promulgação desta lei, no Distrito de União Bahiana.

**CAPÍTULO III
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 75 – O Município executará na sua circunscrição territorial, com recursos da seguridade social, consoante normas gerais federais os programas de ação governamental na área de assistência social.

§ 1º – As entidades beneficentes e de assistência social no Município poderão integrar os programas referidos no “caput” deste artigo.

§ 2º – A comunidade, por meio de suas organizações representativas, participará na formulação das políticas e no controle das ações.

29

§ 3º - Criação do Centro de Atendimento ao idoso, no prazo de (01) um ano após a promulgação desta Lei.

§ 4º - Não será permitido a colocação de lixo público, às margens das nascentes, rios, lagos, lagoas e margens das estradas Estaduais e Federais.

§ 5º - Todas as obras públicas serão dotadas, obrigatoriamente de rampa de acesso a deficiente físico.

§ 6º - O Poder Municipal criará o Conselho Municipal de Direitos Humanos.

§ 7º - O Município obriga-se a fornecer apoio técnico e ajuda financeira para as creches comunitárias conveniadas, até que possa assumir o atendimento em creches públicas.

§ 8º - O Município criará mecanismo, mediante incentivos, que estimulem as empresas públicas e privadas a absorverem a mão-de-obra de pessoas portadoras de deficiência, garantindo às pessoas portadoras de deficiência o direito à educação de 1º e 2º graus e profissionalizante, obrigatória e gratuita sem limites de idade, reservando vagas do seu quadro funcional a pessoas portadoras de deficiência, devendo a lei fixar os critérios de admissão.

§ 9º - O dia 20 de novembro, data da morte do líder Zumbi dos Palmares, será considerado no Calendário Oficial do Município como "DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA".

§ 10º - O Executivo Municipal incluirá a entidade APAE - Associação dos Pais Amigos dos Excepcionais - em seus programas de Educação e Saúde, através de convênios específicos.

§ 11º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, com a finalidade de promover políticas que visem eliminar a discriminação da mulher, dando-lhe condições de liberdade e igualdade em seu pleno exercício da cidadania.

CAPÍTULO IV DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER

Art. 76 - O Município manterá o seu sistema de ensino em colaboração com a União e o Estado, atuando prioritariamente, no ensino fundamental e pré-escolar, provendo seu território de vagas suficientes para atender à demanda.

§ 1º - Os recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino compreenderão:

I - vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências;

30

II - os recursos referidos no parágrafo anterior poderão ser dirigidos, também, às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, na forma da lei, desde que atendidas as prioridades da rede de Ensino do Município.

Art. 77 - Integra o atendimento ao educando os programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Art. 78 - O Sistema de Ensino do município será organizado com base nas seguintes diretrizes:

I - adaptação das diretrizes da legislação federal e estadual às peculiaridades locais, inclusive quanto ao calendário escolar;

II - manutenção do padrão de qualidade através do controle pelo conselho municipal de educação;

III - gestão democrática, garantindo a participação de entidade da comunidade na concepção, controle e avaliação dos processos educacionais;

IV - garantia de liberdade de ensino, de pluralismo religioso e cultural;

V - garantia do padrão de qualidade de ensino mediante:

a) condições para reciclagem periódica dos profissionais do ensino entre os quais:

I - estudos, com avaliação, dos conteúdos ministrados ao nível da série ou das séries em que atua o professor ou especialista de educação;

II - gratificação mínima de 10% sobre o vencimento do cargo do professor ou especialista de educação que se submeter à reciclagem e nela for aprovado;

III - intervalo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos, entre uma reciclagem e outra para os candidatos;

IV - distribuição para reciclagem de 50% referente ao conteúdo da área de atuação do professor e/ou especialista de educação e outros 50% proporcionalmente distribuídos em relação aos outros conteúdos da grade curricular previstos para a série e/ou grau de atuação profissional;

V - gratificação mínima de 10% sobre o vencimento de professor e/ou do especialista de educação que, de preferência habilitado ou reciclado se disponha prestar os seus serviços em local inóspito em relações adversas;

VI - garantir uma política de alimentação escolar no município, visando a um efetivo atendimento ao aluno carente, com inclusão do programa "IRMÃOZINHO".

Art. 79 - A lei regulará a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal de Educação e dos Colegiados Escolares.

Parágrafo Único - Serão asseguradas as representações da comunidade escolar e da sociedade no Conselho Municipal de Educação e nos Colegiados Escolares.

A regulamentação do funcionamento e atribuições do Conselho Municipal e dos Colegiados Escolares, dependerá de lei complementar para a composição desses órgãos, daí, não se pode fixar ainda a sua composição.

31

Art. 80 – O Município apoiará e incentivará a valorização, a produção e a difusão das manifestações culturais, prioritariamente, as diretamente ligadas à sua história, à sua comunidade e aos seus bens através de:

- I – criação, manutenção e abertura de espaços culturais;
- II – intercâmbio cultural e artístico com outros municípios;
- III – acesso livre aos acervos de bibliotecas, museus e arquivos;
- IV – aperfeiçoamento e valorização dos profissionais da cultura.

Art. 81 – Ficam sob a proteção do Município os conjuntos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico tombados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo Único – Os bens tombados pela União ou pelo Estado merecerão idêntico tratamento, mediante convênio.

Art. 82 – O Município promoverá o levantamento e a divulgação das manifestações culturais da memória da cidade e realizará concursos, exposições e publicações para sua divulgação.

Art. 83 – O Município fomentará as práticas desportivas formais e não formais, dando prioridade aos alunos de sua rede de ensino e a promoção desportiva dos clubes locais.

Art. 84 – O Município incentivará o lazer e o esporte como forma de promoção e integração social.

CAPÍTULO V DO MEIO AMBIENTE

Art. 85 – Todos têm direito ao meio ambiente ecológico equilibrado, também de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à comunidade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º – Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao município:

- I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- II – definir, em lei complementar, os espaços territoriais do Município e seus componentes a serem especialmente protegidos, e a forma de permissões para a alteração e supressão, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam sua proteção;
- III – exigir, na forma da lei, para instalação de obra, atividade ou parcelamento do solo potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudos prévios de impacto ambiental a que se dará publicidade;

32

IV – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

V – promover a educação ambiental na sua rede de ensino e a conscientização da comunidade para a preservação do meio ambiente;

VI – proteger a flora e a fauna, vedadas, na forma da Lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetem animais à crueldade;

VII – garantir o amplo acesso da comunidade às informações sobre fontes causadoras da poluição e degradação ambiental.

§ 2º – As matas e demais áreas de valor paisagístico do território Municipal ficam sob a proteção do Município e sua utilização far-se-á na forma da Lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive, quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 3º – Aquele que explorar recursos minerais, inclusive extração de areia, cascalho ou pedreiras, fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da Lei.

§ 4º – As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções administrativas e penais, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Art. 86 – Fica criado o Conselho Municipal do meio Ambiente cuja composição e competência serão definidas em Lei, garantindo-se a representação do Poder Público de entidade ambientalista e demais associações representativas da comunidade.

Art. 87 – Fica criada a Secretaria Municipal do meio Ambiente, com a função de educar a comunidade e preservar o equilíbrio ecológico, no prazo de (60) sessenta dias a contar da data da promulgação desta Lei.

Art. 88 – Impõe-se ao Poder Público e a coletividade, o dever de preservar e defender o bem de uso comum do povo, e os autores de atos lesivos ao meio ambiente, ficarão sujeitos a sanções administrativas e obrigados a reparar os danos causados.

Art. 89 – Não será permitido a derrubada ou queimada de floresta nativa para a extração de carvão vegetal.

Art. 90 – Não será permitido a instalação de indústrias poluentes no Município, sem que haja parecer técnico de dois órgãos competentes e o Ad. Referendo da Câmara Municipal.

33

**CAPÍTULO VI
DO SANEAMENTO BÁSICO**

Art. 91 - Cabe ao Município prover sua população dos serviços básicos de abastecimento de água, coleta e disposição adequada dos esgotos, lixo, drenagem urbana de águas fluviais, segundo as diretrizes fixadas pelo Estado e União.

Art. 92 - Os serviços definidos no artigo anterior são prestados diretamente por órgãos municipais ou por concessão a empresas públicas ou privadas devidamente habilitadas.

Art. 93 - Não será permitido calçamento de rua sem que seja feito a rede de esgoto, sob pena de incorrer em crime administrativo.

Art. 94 - A lei definirá mecanismos de controle e de gestão democrática de forma que as entidades representativas da comunidade deliberarem, acompanhem e avaliem as políticas e as ações dos órgãos ou empresas responsáveis pelos serviços.

**CAPÍTULO VII
DO TRANSPORTE URBANO**

Art. 95 - O sistema de transporte coletivo é um serviço público essencial a que todo cidadão tem direito.

Art. 96 - Caberá ao Município o planejamento e controle de transporte coletivo e sua execução poderá ser feita diretamente ou mediante concessão.

§ 1º - A permissão ou concessão para exploração do serviço não poderá ser em caráter de exclusividade.

§ 2º - Os planos de transporte devem priorizar a atendimento à população de baixa renda.

§ 3º - A fixação de tarifas deverá contemplar a remuneração dos custos operacionais e do investimento, compreendendo a qualidade do serviço e o poder aquisitivo da população.

§ 4º - A Lei estabelecerá os casos de isenção de tarifas, padrões de segurança e manutenção, horários, itinerários e normas de proteção ambiental, além das formas de cumprimento de exigências constantes do plano diretor e de participação popular.

Art. 97 - A concessão para exploração de serviço de transporte urbano será feita através de concorrência pública; em caso de haver inscrição de empresas interes-

24

sedas no decorrer da 1ª licitação, fica determinado a cada (03) três meses na concorrência pública no período de (02) dois anos e em nenhuma hipótese haverá exclusividade.

Art. 98 - O Município, em convênio com o Estado, promoverá programas de educação para o trânsito.

**CAPÍTULO VIII
DOS DEFICIENTES, DA CRIANÇA E DO IDOSO**

Art. 99 - A lei disporá sobre a exigência e adaptação dos logradouros dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência física ou sensorial.

Art. 100 - A Município promoverá programas de assistência à criança e ao idoso.

Parágrafo Único - Que seja inserido na divisão do Orçamento Municipal, recursos suficientes para a criação de uma escola que possam acolher os deficientes físicos todo o dia, dando a estes treinamento técnicos, preparação qualificada para o mercado de trabalho. Além da alimentação de maneira adequada evitando a desnutrição e a incapacidade de aprendizagem.

Art. 101 - Aos maiores de (65) sessenta e cinco anos e aos deficientes físicos é garantida a gratuidade do transporte coletivo urbano.

Art. 102 - O Município estabelecerá, em seus orçamentos anuais parcela de contribuição para o financiamento da seguridade social.

**TÍTULO VII
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 103 - O Prefeito Municipal e os membros da Câmara Municipal, prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica do Município no ato e na data de sua promulgação.

Art. 104 - Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a nulidade ou anulação dos atos comprovadamente lesivos ao Patrimônio Municipal.

Art. 105 - Os crimes contra a honra do Prefeito Municipal e Autoridades Públicas, depois de averiguada a responsabilidade do autor, e, daqueles que sabendo-a falsa a propalou, serão apurados, e punidos os culpados na forma da Lei.

25

Art. 106 - São considerados estáveis os servidores públicos municipais cujo ingresso não seja por concurso público e que, à data da Promulgação da Constituição Federal, completarem pelo menos, cinco anos, continuados de exercício de função pública municipal.

Art. 107 - Os servidores a outro título, não se aplica o disposto neste artigo aos nomeados para cargos em comissão ou admitidos para funções de confiança, nem aos que a lei declare de livre exoneração.

Art. 108 - Ficam criadas as Comendas: 01 - 23 de abril e 02 - Lindolfo José de Lima, agraciadas pelo Município e Câmara respectivamente, em forma de medalha, àquelas pessoas que se destacarem com relevantes serviços prestados ao Município.

Art. 109 - O Município mandará imprimir esta Lei Orgânica para distribuição nas escolas e entidades representativas da comunidade, gratuitamente de modo que todos conheçam o seu conteúdo.

Art. 110 - Esta Lei Orgânica, aprovada pela Câmara Municipal de Itagimirim, será por ela promulgada e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ITAGIMIRIM, 23 DE ABRIL DE 1990.

José Napoleão Pereira Lima
José Napoleão Pereira Lima - PRESIDENTE DA CONSTITUINTE

José Cardoso
José Cardoso - VICE-PRESIDENTE DA CONSTITUINTE

Newton Almeida F. dos Santos
Newton Almeida F. dos Santos - SECRETÁRIO GERAL DA CONSTITUINTE

José Oliveira dos Santos
José Oliveira dos Santos - VEREADOR

Ariston Oliveira Santos
Ariston Oliveira Santos - VEREADOR

Cláudio Rocha Brito
Cláudio Rocha Brito - VEREADOR

Petrônio Vieira Brândão
Petrônio Vieira Brândão - VEREADOR

Eraldo Pereira Vargens
Eraldo Pereira Vargens - VEREADOR

Israel Batista Pinheiro
Israel Batista Pinheiro - VEREADOR

José Carlos de Souza
José Carlos de Souza - ESCRIVÃO OFICIAL DA CONSTITUINTE

gros
Fedi
blici

non
que

Lim
âqu

nas
toç

scré
disp

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA LEI ORGÂNICA
DO MUNICÍPIO DE ITAGIMIRIM**

MESA DIRETORA

PRESIDENTE - José Napoleão Pereira de Lima
VICE-PRESIDENTE - José Cardoso
SECRETÁRIO GERAL - Newton Almeida Ferreira dos Santos

**COMISSÕES
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES MUNICIPAIS**

PRESIDENTE - José Cardoso
RELATOR ADJUNTO - Ariston Oliveira Santos
RELATOR GERAL - José Oliveira dos Santos

DOS INTERESSES DAS PESSOAS E DO MEIO AMBIENTE

PRESIDENTE - Eraldo Pereira Vargens
RELATOR ADJUNTO - Petridônio Vieira Brandão
RELATOR GERAL - Israel Batista Pinheiro

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

PRESIDENTE - Newton Almeida Ferreira dos Santos
RELATOR ADJUNTO - Eraldo Pereira Vargens
RELATOR GERAL - José Cardoso

LEI ORGÂNICA elaborada e promulgada, na gestão do
Exmo. Sr. Prefeito, WALTER FERREIRA DOS SANTOS FILHO.

Composição, Diagramação e Impressão
GRÁFICA GONDIM - Av. Porto Seguro, 155 - Fone (073) 281-3162 - Eunápolis - BA.